

RESENHA

Ageu Cirilo de Magalhães Junior

OLIVEIRA, Cornélio Póvoa de. **O poder pastoral**: uma análise do poder pastoral na igreja – estudo de caso. Londrina: Descoberta Editora, 2004. 160 p.

Esta obra foi escrita originalmente como uma dissertação de mestrado apresentada à Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA), em Londrina, Paraná, tendo sido publicada como livro em agosto de 2004. O autor é pastor da Igreja Presbiteriana do Champagnat, em Curitiba, bacharel em teologia e mestre em teologia pastoral pela Faculdade Teológica Sul Americana. O livro apresenta-se como um estudo de caso. Porém, os elementos exigidos para esse tipo de trabalho, tais como pesquisa em campo, coleta de informações, entrevistas e triangulação de dados não são encontrados na obra. A tese principal do livro é a seguinte: “O poder pastoral exercido no sistema presbiteriano está longe de ser um modelo de poder bíblico ou comunicativo” (p. 145). O argumento do autor é dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico do trabalho. O autor baseia-se nos conceitos de poder desenvolvidos por Michel Foucault e Jürgen Habermas. Habermas (1929-) é um sociólogo e filósofo alemão. Quanto a Foucault (1926-1984), foi um filósofo francês que defendeu os princípios do desconstrucionismo tanto na literatura quanto na moral. Segundo Peter Jones, no livro *A Ameaça Pagã* (Editora Cultura Cristã, 2002):

As explicações da realidade, dizem os desconstrucionistas, não têm conexão com o modo como as coisas realmente são, mas somente servem para justificar o *status quo* daqueles no poder. A verdade não é verdadeira. É poder social. É o que os vencedores usam para escrever a História e estruturar a sociedade. O filósofo francês Michel Foucault procurou justificar sua homossexualidade mostrando que a heterossexualidade não era mais do que uma construção social. Pensadores feministas radicais procuraram minar a civilização ocidental, rotulando-a como uma fraude usada somente para justificar o patriarcado (...) Não

é de se admirar que uma importante voz na desconstrução contemporânea do Cristianismo ocidental fosse um homossexual francês, Michel Foucault. Foucault procurou desconstruir o sistema de valores da heterossexualidade ao argumentar que a verdade é somente poder e que os valores heterossexuais são um jogo de poder que a maioria impõe sobre a minoria homossexual (p. 53, 233).

Dessa forma, para Foucault a moral não era absoluta, mas relativa, determinada pela imposição daqueles que estavam no poder. Isso é enfatizado por Gene Edward Veith, Jr. em seu livro *Tempos Pós-Modernos* (Editora Cultura Cristã, 1999), que afirma: “Foucault foi até o ponto de argumentar que ‘o conceito da liberdade é uma invenção das classes reinantes’” (p. 70).

Depois de tomar conhecimento desses fatos, fica difícil compreender a afirmação, repetida algumas vezes no livro, contudo sem comprovação, de que “o conceito de poder pastoral, elaborado por Foucault, possui fundamentos bíblicos” (p. 22). Ou a filosofia de Foucault não foi compreendida pelo autor ou todos os outros acadêmicos interpretaram mal o desconstrucionista francês.

O segundo capítulo denomina-se “A teologia bíblica do poder pastoral no Novo Testamento”. Nele o autor trabalha com alguns textos neotestamentários que falam sobre diaconia ou serviço. A tese do autor nesse capítulo é que “os santos são aperfeiçoados para, com o pastor, pastorear o mundo” (p. 53). Todos os crentes são pastores e “o chamado para o serviço pastoral é para toda a comunidade, diante disso o poder pastoral pertence a toda a comunidade” (p. 49).

No capítulo terceiro, o autor confrontará as idéias desenvolvidas até aqui com o que ensina a Igreja Presbiteriana do Brasil. O capítulo começa com certa imprecisão de termos. Na pág. 75 o autor diz que “da Suíça, o presbiterianismo se espalhou para os Países Baixos, França, Escócia e Inglaterra”, quando o correto deveria ser “da Suíça, a Reforma Protestante se espalhou para os Países Baixos, França, Escócia e Inglaterra”. O presbiterianismo nasceu na Escócia e não na Suíça. Na mesma página, o autor diz que “antes de Simonton houveram [*sic*] tentativas para estabelecer o presbiterianismo, mas nenhuma delas teve êxito”. O correto seria dizer que “antes de Simonton houve tentativas para se estabelecer o calvinismo”, e não o presbiterianismo. Os franceses e os holandeses que vieram para o nosso país não eram presbiterianos, mas calvinistas.

Na seqüência do texto o autor faz críticas aos reformadores no que diz respeito à forma de governo da igreja. O autor afirma que

Calvino e Lutero deram um grande passo através desta doutrina, infelizmente eles não conseguiram compreender a dimensão real do passo que estavam dando e tal erro fez com que a figura do pastor continuasse sendo praticamente a mesma imposta pela Igreja Católica Romana (p. 78).

Na mesma página, o autor sustenta que a confissão auricular do catolicismo foi substituída pelo aconselhamento pastoral do protestantismo (p. 78) e que

Calvino, “embora buscasse tirar o poder das mãos do clero da Igreja Romana, trabalhava para manter o poder nas mãos de um novo clero” (p. 80).

Voltando ao Novo Testamento, numa crítica à ordenação pastoral, o autor afirma que “não encontramos no ministério de Jesus nenhuma referência de que ele tenha ordenado (no sentido técnico que usamos hoje) alguém” (p. 83). Depois escreve: “Nenhuma ordenação ou ato cerimonial são mencionados na Bíblia” (p. 83). Perguntamos: e a escolha de Matias? O autor responde: “Matias foi escolhido por meio de um ato de jogo de sorte, e, novamente, nenhum cerimonial, nenhuma menção sobre ordenação” (p. 83).

Sobre o texto de 1 Timóteo 5.22 (“A ninguém imponhas precipitadamente as mãos”), ele diz o seguinte:

Quanto à ordenação de presbíteros, não há nem um texto específico [sic] a respeito desse tema. Muitos dizem que as palavra [sic] de Paulo a Timóteo (1 Tm 5:22) referem-se à ordenação de presbíteros. (...) Porém, em vista do contexto é talvez mais provável que tais palavras se refiram à recepção de penitentes de volta à comunhão; basta lermos o início do verso vinte (20) (p. 84).

Para o autor, uma das falhas do governo representativo é a falta de preparo dos presbíteros regentes:

Por outro lado, corremos um risco também quanto aos presbíteros regentes, uma vez que estes possuem poder e responsabilidades para as quais nem sempre estão preparados a exercerem. Os presbíteros regentes podem se tornar problemas nas igrejas pois, pela falta de conhecimento teológico, muitas vezes passam a defender práticas costumeiras como se estas fossem verdades absolutas inalteráveis (p. 87).

Encerra-se o terceiro capítulo com críticas à forma de governo exposta em nossos Símbolos de Fé:

Nenhum teólogo está isento da influência de seus dias. O mesmo ocorreu com os teólogos, que participaram da elaboração dos Símbolos de Fé, ao buscarem libertar-se do julgo [sic] da Igreja Católica e responderem aos Arministas [sic] que atacavam as doutrinas de Calvino (...) Nossas perguntas são: Nós, presbiterianos, não idolatramos esses Símbolos de Fé? Eles não se tornaram mais importantes do que as Escrituras para nós? Nosso Manual Presbiteriano, que foi baseado nesses Símbolos de Fé, não se tornou a única regra de fé da igreja? (p. 107).

No quarto capítulo, o autor usa o conceito de Habermas quanto à legitimidade de uma instituição na análise do presbiterianismo. Para o autor, uma Igreja Presbiteriana é legítima quando: (a) mantém sua práxis originária, (b) permanece fiel ao povo e (c) tem suas práticas regulamentadas pela lei (p. 115).

Podemos perceber que a análise do autor é social e não teológica. Em decorrência disso, na opinião do autor, “a Igreja Presbiteriana deixa de ser ligitima [sic] ao fechar-se para o diálogo” (p. 118). Oliveira critica o tradicionalismo, definindo-o da seguinte forma:

Os tradicionalistas normalmente são os legalistas, pessoas que se agarram às diversas tradições: religiosas (horário de culto, festas religiosas, liturgia, etc.), jurídicas (constituição da igreja), doutrinárias (predestinação, perseverança dos santos, ordenação só de homens, etc.) como se elas fossem divinas, e por isso intocáveis (p. 118).

Tratando do segundo critério de Habermas sobre a legitimidade, a saber, “permanecer fiel ao povo”, o autor equivocava-se esquecendo que a fidelidade de qualquer oficial da igreja deve ser a Deus e não ao povo. Conta um caso em que os presbíteros da igreja mudaram de opinião, quanto a uma decisão, depois que o pastor lhes explicou de modo diferente, e ajuíza:

Esse caso exemplifica como os presbíteros decidem, por conta própria sem levar em conta a vontade daqueles que os elegeram, e o pior, de como são instáveis e inseguros em suas posições quando questionados (p. 123).

Analisando o terceiro critério de Habermas, a saber, “práticas regulamentadas pela lei”, o autor sustenta que a IPB apresenta crise de legitimidade jurídica (p. 128). Para fundamentar sua tese, cita o trabalho de Júlio P.T. Zabatiero, *O Desafio da Legitimidade*:

No âmbito do Presbiterianismo, em particular, a crise jurídica se percebe no crescimento e fortalecimento de atitudes congregacionalistas por parte das igrejas locais: cada um fazendo seu próprio programa de trabalho sem levar em consideração as demais igrejas do seu Presbitério (p. 128).

Algumas páginas antes, o autor havia afirmado exatamente o contrário: “Embora cada igreja local tenha seu conselho, este não possui autonomia, isto é, não possui faculdade para governar por si mesmo. Seus atos estão amarrados a decisões do Presbitério” (p. 105).

Tratando da suposta incompatibilidade entre as decisões do Supremo Concílio e as necessidades da igreja local, o autor afirma que “as leis baixadas pelos Concílios superiores não são ‘bíblicas’, isto é, não são teologicamente aceitas por um determinado grupo, na denominação” (p. 129). Seguindo este critério, a verdade deixa de ser o que a Bíblia diz, para ser o que o povo aprova.

No final desse capítulo, o autor trata do poder “praticamente nulo” da assembléia (p. 130) e relaciona algumas propostas para que a IPB supere as suas “crises”. Cito algumas: espaço para dialogar a respeito de nossas doutrinas, para que o nosso corpo doutrinário seja a expressão daquilo que a maioria dos

pastores da IPB crê (p. 133); sujeição das decisões do Conselho à assembléia da Igreja (p. 133); repensar o papel do ministro dentro do sistema presbiteriano (p. 134); debater as posições teológicas da Igreja e a CI-IPB, com todos os pastores, quadrienalmente (p. 134); harmonizar “a liberdade com a disciplina sem cairmos em nenhum dos extremos” (p. 136).

O autor conclui o seu livro afirmando que a Igreja Presbiteriana “não tem estado muito atenta aos princípios da renovação, mostrando-se opressora e autoritária” (p. 145). Para ele,

hoje não há liberdade para determinados diálogos. Exemplo disso está no modo como vem sendo tratados assuntos como: ordenação de mulheres, exclusividade dos sacerdotes ordenados na ministração dos sacramentos, participação das crianças na ceia (p. 145).

No decorrer do livro, o autor acusa Calvino de não ter compreendido o que fazia em seu momento histórico e ter criado um sistema de governo parecido com o do catolicismo (p. 78, 80). Diz que o seu método para reformar Genebra foi a disciplina (p. 96) e que esta disciplina foi a forma de ele e seus presbíteros conservarem o poder (p. 98).

Será que essas críticas procedem? Atentando para a história da Reforma, vemos que a base da Reforma Protestante, bem como da Reforma de Genebra, não foi a disciplina, mas o ensino da Palavra de Deus. Alister McGrath, em seu livro *A Vida de João Calvino*, publicado pela Editora Cultura Cristã, esclarece o seguinte:

Genebra não estava disposta a ser governada por algum ditador, a menos que este estivesse em condições de provocar enormes pressões de ordem econômica e militar que fossem insustentáveis. Como consequência, foram impostas severas restrições às ações de Calvino. Sua expulsão de Genebra, em 1538, demonstra que o poder político permanecia firme nas mãos do conselho municipal. A noção de que Calvino foi o “ditador de Genebra” é, como deveremos demonstrar, totalmente despida de qualquer fundamento histórico (p. 106).

J. I. Packer, escrevendo sobre Calvino, diz que

o conceito popular sobre ele ainda é o de um intelectual frio e arrogante – apesar do fato de que nenhum líder da Reforma foi mais consistentemente prático em seu ensino, ou mais humilde e piedoso em seus pensamentos sobre Deus (PACKER, J.I. Calvin the Theologian, in: DUFFIELD, G.E. [Ed.]. *John Calvin*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, s/d, p. 150).

McGrath, na mesma linha, esclarece:

Na verdade, tem-se sugerido, freqüentemente, que o pensamento político de Calvino é profundamente teocrático. Entretanto, é importante esclarecer o que

esse termo sutil possa significar. Ele é popularmente tido por algo que implica em um regime político, no qual a autoridade civil é dominada pelo clero, ou por algum outro instrumento de poder ligado à igreja; nesse sentido, pode-se demonstrar com facilidade que Calvino nunca conseguiu estabelecer e, de qualquer forma, nunca pretendeu estabelecer uma teocracia em Genebra, a despeito das declarações de Huxley em sentido contrário (op. cit., p. 128).

O método de Calvino não era o da opressão, mas o da pregação. Tanto que, quando retornou a Genebra, após três anos no exílio em Estrasburgo, ele nada disse a respeito da injustiça que lhe fora cometida no passado, mas abriu a sua Bíblia diante da congregação exatamente no texto que havia interrompido há três anos e continuou a expô-lo (WALLACE, Ronald. *Calvino, Genebra e a Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 217).

Concluo esta resenha falando dos aspectos editoriais e expressando a minha opinião sobre a obra. O livro apresenta muitos erros ortográficos. Lendo a obra, sem importar-me com revisão, anotei mais de 60 erros dessa natureza. Percebi também muitos erros de estilo. O trabalho de um *copydesk* torna-se altamente desejável nesse trabalho. Ver, por exemplo, na página de agradecimentos, a repetição da palavra “curso”. Algumas citações estão sem a referência bibliográfica (p. 51, 91) e há uma citação direta, sem aspas, como se fosse citação indireta (p. 106). Além disso, há “viúvas” no texto (ver o final da p. 76) e muitos parágrafos com espaçamento condensado. São aspectos que a editora poderá resolver em novas edições.

Sobre o conteúdo do trabalho, é muito louvável a preocupação do autor quanto ao cuidado com o rebanho. Aponta para um homem de Deus com um coração de pastor. É pena que a análise tenha sido prejudicada por causa do referencial teórico eivado de pressuposições desconstrucionistas e de aplicações repletas de acusações aos reformadores e à IPB, mas carentes de fundamentação bíblica, histórica e constitucional.